

JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO PCS-01.121223-SPSDH

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Santa Quitéria-CE, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Proteção Social e Direitos Humanos, vem justificar o procedimento de dispensa de licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA ORIENTAÇÃO, PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO QUANTO A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS OU PROJETOS EXECUTIVOS, TERMOS DE REFERÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA FINS DE VIABILIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DE SANTA QUITÉRIA-CE.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação em comento destina-se a garantir a observância da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, sendo, para tanto, processada e julgada em igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos demais princípios que lhe são correlatos. Neste contexto, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento abordando todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação. Neste diapasão, como os órgãos público se preparam para, nos moldes legais a luz da Nova Lei de Licitações (14.133/21) implementar processos, estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, a Secretaria Municipal de Proteção Social e Direitos Humanos com o intuito de alcançar os objetivos da governança nas contratações, realizará a referida contratação que promoverá um ambiente íntegro e confiável, assegurando o alinhamento na fase preparatória no que se refere ao planejamento estratégico e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. Os serviços de assessoria técnica administrativa no planejamento, orientação e acompanhamento dos procedimentos de contratação são necessários para cumprimento das obrigações desta unidade administrativa, devido à necessidade de instrução a alta administração na articulação quanto à elaboração de estudos técnicos preliminares - ETP, Anteprojetos, Projetos Básicos ou Projetos Executivos, Termos de Referências e Justificativas Técnicas para fins de nortear, integrar e orientar todos os membros da unidade administrativa em sua missão, visão e valores na viabilização das contratações Públicas da Secretaria Municipal de Proteção Social e Direitos Humanos de Santa Quitéria-CE.

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A supremacia do interesse público fundamenta a exigência como regra geral de licitação para contratação da Administração Pública. No entanto existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.

Assim, é de se concluir que, em se tratando de contrato administrativo, a dispensa deve ser a exceção, ocorrendo apenas nos restritos casos autorizados pela lei. Essa previsão é plenamente justificável quando a hipótese se encaixar nos cânones legais enunciados nos distintos casos em que o contrato a ser travado pode ser concretizado independentemente de licitação.

Em razão, de os serviços essenciais não poderem sofrer situação de continuidade, e entre esses o serviço pretendido é imprescindível, de uso, que se destina especialmente a execução dos serviços públicos para fruição e manutenção do desenvolvimento do conhecimento desejado.

FUNDAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre os princípios que regem a Administração Pública, estabeleceu a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para as contratações de obras, serviços, compras e alienações, denominado licitação, a teor do seu art. 37, inciso XXI, *in verbis*:

“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” E também, a seguinte.

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA

O caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação dispensável, pois a justificativa da contratação já delineada no Projeto Básico, parte integrante deste processo administrativo, fica caracterizada como tal.

Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a administração pode efetivamente realizar a **contratação direta** para o serviço pretense, mediante dispensa de licitação, conforme Inciso II, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 do referido diploma, *in verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)”

(Grifado para destaque)

Esse contexto foi reformulado por força do Inciso II, art. 1º, do Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizando os valores a serem dispensados em cada caso. E para o presente processo o valor atualizado se concentrou em dezessete mil e seiscentos reais.

Por tudo exposto, resta sobejamente provado que a Dispensa de Licitação para o serviço pretendido, mostra-se indispensável.

Desse modo, a hipótese tratada apresenta-se como um dos casos em que a administra o pode (e deve) efetivamente dispensar o processo licitatório, realizando a contrata o direta, conforme estabelece o Inciso II, do Art. 24 da Lei n  8.666/93 e altera es posteriores.

RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A escolha recaiu sobre a empresa FRANCISCO FALB LIRA LOPES-MEI, inscrita no CNPJ n  10.783.467/0001-09, situada a Rua Francisca Rodrigues da Farias, 449, Centro, Varjota-CE no valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Considerando o projeto elaborado e o preço proposto, comprova-se que a contrata o se d  considerando não haja prejuízo   Administra o.

V -se, pois, que a administra o contrata a empresa que oferece a proposta mais vantajosa, conforme os ditames da Lei n  8.666/93.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administra o.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios   selecionar a proposta mais vantajosa   administra o, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licita o, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis   formaliza o desses processos, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licita es.

Tratando-se de licita o dispensável, ou seja, quando em tese há a possibilidade de competi o, mostra-se pertinente a realiza o de pesquisa de preço colimando apurar o valor de mercado da referida contrata o.

Através de coletas de preços, restou devidamente comprovado que os valores a serem pagos ao possível contratado encontram-se em conformidade com a média do mercado específico, segundo projeto básico constante dos autos. Assim, vale ressaltar que os preços a serem pago encontra-se em conformidade com o menor preço do mercado específico, e que o valor total dos serviços será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

item	DESCRI�O	UNID	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	CONTRATA�O DE SERVI�OS ESPECIALIZADOS PARA ORIENTA�O, PLANEJAMENTO E ARTICULA�O QUANTO A ELABORA�O DE ESTUDOS T�CNICOS PRELIMINARES, ANTEPROJETOS, PROJETOS B�SICOS OU PROJETOS EXECUTIVOS, TERMOS DE REFER�NCIAS E JUSTIFICATIVAS T�CNICAS PARA FINS DE VIABILIZA�O DAS CONTRATA�ES P�BLICAS, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTE�O SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DE SANTA QUIT�RIA-CE, Compreendendo as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none">Defini�o do objeto, inclu�dos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorroga�o;Fundamenta�o da contrata�o, que consiste na refer�ncia aos estudos t�cnicos preliminares correspondentes ou, quando n�o for poss�vel divulgar esses estudos, no extrato das partes que n�o contiverem informa�es sigilosas;Descri�o da solu�o como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;	M�s	12	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00



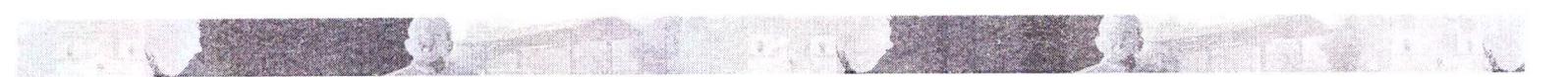
<ul style="list-style-type: none"> • Requisitos da contratação; • Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento; • Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade; • Critérios de medição e de pagamento; • Forma e critérios de seleção do fornecedor; • Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; • Adequação orçamentária; • Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; • Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; • Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; • Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; • Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; • Justificativas para o parcelamento ou não da contratação; • Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; • Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; • Contratações correlatas e/ou interdependentes; • Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; • Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. 			
--	--	--	--

FONTE DE RECURSO

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal e correrão por conta da classificação abaixo discriminada:

- **Unidade Administrativa:** 2101 -Secretaria Municipal de Proteção Social e Direitos Humanos.
- **Dotação Orçamentária:** 08 122 0002 2.010 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Proteção Social e Direitos Humanos
- **Elemento de Despesas:** 3.3.90.39.00 - Outros Serv. De Terceiro, pessoa Juridica.
- **Fonte de Recurso:** 001.001 – Recursos Próprios do Município

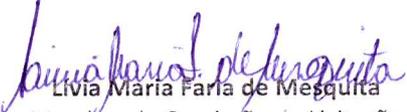
Pelo exposto, submetemos o presente Processo Administrativo de Dispensa e anexo à apreciação da Assessoria Jurídica deste Município, para o devido conhecimento e, verificada a oportunidade e conveniência para esta Pública Administração, RATIFICAR o presente Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação.



Santa Quitéria-CE, 11 de dezembro de 2023.


José Fabiano Vieira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação




Livia Maria Faria de Mesquita
Membro da Comissão de Licitação


Francisca das Chagas Sousa da Silvia
Membro da Comissão de Licitação

